Processo TC 013.150/2011-1 (com 224 peças)
Tomada de Contas Especial
Recurso de Revisão

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recursos de revisão interposto pelo Estado de Rondônia (peça 213) contra o Acórdão 13.190/2016-2ª Câmara (peça 110), mediante o qual esta Corte, ao apreciar tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em decorrência da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 326/1995 (peça 10, pp. 20/34), deliberou por:

- “9.1. julgar irregulares as contas do Estado de Rondônia, Aparício Carvalho de Moraes e de Sérgio Siqueira de Carvalho, falecido;
9.2. condenar os responsáveis, individualmente, ao recolhimento ao Fundo Nacional de Saúde das quantias especificadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora desde as datas indicadas até a data do pagamento:

Responsável	Data	Valor (R\$)
Estado de Rondônia	30/12/1997	4.380.368,03
Aparício Carvalho de Moraes	15/8/1996	731.580,00
herdeiros de Sérgio Siqueira de Carvalho (Cláudia Márcia de Figueiredo Carvalho, Carteira de Identidade 571.265 - SSP/RO, e CPF 647.749.619-49 - peça 23, p. 2, e Gabriel Figueiredo de Carvalho, menor)	30/12/1997	1.586.383,56 (até o limite do patrimônio transferido)

- 9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;
(...)”

Contra esse acórdão, foi interposto recurso de revisão pelos herdeiros do sr. Sérgio Siqueira de Carvalho, quais sejam, sra. Cláudia Márcia de Figueiredo e sr. Gabriel Figueiredo de Carvalho (peça 158). Mediante o Acórdão 446/2019-Plenário (peça 193), foi dado provimento ao recurso de revisão, a fim de:

“9.2. incluir ao Acórdão 13.190/2016-TCU-Segunda Câmara o item 9.1A e reformar os itens 9.1. e 9.2 do mesmo *decisum*, para que passem a contar com a seguinte redação:

*‘9.1. julgar irregulares as contas do Estado de Rondônia e de Aparício Carvalho de Moraes;
9.1A. com fundamento nos arts 20 e 21 da Lei 8.443/1992, considerar iliquidáveis as contas de Sérgio Siqueira de Carvalho, falecido;
9.2. condenar os responsáveis abaixo indicados, individualmente, ao recolhimento ao Fundo Nacional de Saúde das quantias especificadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora desde as datas indicadas até a data do pagamento:’*

<i>Responsável</i>	<i>Data</i>	<i>Valor (R\$)</i>
<i>Estado de Rondônia</i>	<i>30/12/1997</i>	<i>4.380.368,03</i>
<i>Aparício Carvalho de Moraes</i>	<i>15/8/1996</i>	<i>731.580,00</i>

(...)"

O Estado de Rondônia opôs embargos de declaração contra o Acórdão 446/2019-Plenário, em que requereu o seu provimento, para, *“reconhecendo a prescrição e/ou a prescrição intercorrente, excluir o débito imputado ao Estado de Rondônia”* (peça 208).

A teor do Acórdão 1.406/2019-Plenário, o Tribunal não conheceu dos referidos embargos de declaração, em razão do não preenchimento dos requisitos específicos da espécie recursal eleita, e determinou *“o imediato cumprimento dos acórdãos anteriores, já que novos pleitos não possuem efeito suspensivo”* (peça 211).

Ainda inconformado com sua condenação, o Estado de Rondônia interpôs o recurso de revisão que ora se aprecia, fundamentado no art. 35, III, da Lei 8.443/1992 (peça 213, p. 4), e requereu o seu conhecimento e provimento, para *“declarar ilíquidas as contas do Convênio 326/1995, estendendo os efeitos da decisão do Acórdão N° 446/2019 – TCU – Plenário em favor do Estado de Rondônia”* (peça 213, p. 6).

A Secretaria de Recursos (Serur) examinou a peça recursal como se houvesse sido interposta contra o Acórdão 446/2019-Plenário e propôs o seu não conhecimento, por inadequação, já que não caberia recurso de revisão contra acórdão que julgou anterior recurso de revisão, e também por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade estabelecidos no art. 35 da Lei 8.443/1992, já que o recurso de revisão estava desacompanhado de qualquer documento (peças 218 a 220).

II

O Ministério Público de Contas diverge da proposta de encaminhamento formulada pela Serur, pelos motivos que passa a expor.

Embora o recurso de revisão interposto pelo Estado de Rondônia faça, no seu preâmbulo (peça 213, p. 1), referência ao Ofício 167/2019-TCU/Sec-RO, de 20/3/2019 (peça 199), que comunicou o referido ente da federação acerca do Acórdão 446/2019-Plenário, entende-se que a peça de recursal buscou, na verdade, atacar a condenação que lhe foi imposta pelo Acórdão 13.190/2016-2ª Câmara, com base na mesma fundamentação, adotada no Acórdão 446/2019-Plenário, que levou o Tribunal a afastar o débito originalmente imputado aos herdeiros do sr. Sérgio Siqueira de Carvalho.

Da leitura da aludida peça recursal, verifica-se que a pretensão do recorrente não é a reforma do Acórdão 446/2019-Plenário, mas sim a extensão dos efeitos de tal acórdão em seu benefício, para o fim de se declararem ilíquidas as suas contas, tornando-se, em consequência, insubsistente a condenação que lhe foi imposta pelo Acórdão 13.190/2016-2ª Câmara.

Desse modo, considerando-se que o apelo visa atacar o Acórdão 13.190/2016-2ª Câmara, que consistiu em decisão definitiva que julgou irregulares as contas do Estado de Rondônia, não há falar em não conhecimento do recurso de revisão por inadequação.

Quanto ao requisito específico de admissibilidade previsto no art. 35, III, da Lei 8.443/1992, qual seja, a *“superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida”*, entende-se que pode ser considerado cumprido, para fins de se conhecer do recurso de revisão, a despeito de não ter sido anexado nenhum documento novo ao recurso de revisão. Isso porque o recurso de revisão se baseia justamente no suposto impacto que o Acórdão 446/2019-Plenário (peça 193), documento superveniente em relação ao Acórdão 13.190/2016-2ª Câmara, teria em relação à condenação em débito sofrida pelo Estado de Rondônia. Isso é o que se percebe, por exemplo, dos seguintes excertos do recurso de revisão em análise (peça 213, grifou-se):

“O fundamento para o cabimento do recurso de revisão é o art. 32, III, c/c o art. 35, III. Com efeito, a decisão do Tribunal de Contas da União no acolhimento do recurso de revisão interposto por Cláudia Márcia de Carvalho e Gabriel Figueiredo de Carvalho, como herdeiros do senhor Sérgio Siqueira de Carvalho, impactam diretamente na situação jurídica do Estado de Rondônia, já que há certa proximidade entre os argumentos apresentados aqui e pelos outrora recorrentes.

(...)

Sem ser necessário um aprofundamento nos documentos processuais, as razões de decidir do Voto condutor podem ser inteiramente aplicáveis ao presente caso.

(...)

Ora, a mesma dificuldade que os recorrentes Cláudia Márcia de Carvalho e Gabriel Figueiredo de Carvalho tiveram para exercer o contraditório e a ampla defesa (em razão essencialmente do transcurso de grande lapso temporal) são as enfrentadas pelo Estado de Rondônia, já que não há documentação que permita comprovar o efetivo cumprimento do convênio.

A dificuldade de produção de provas, nesse caso, tem natureza objetiva, pois todos os envolvidos foram prejudicados pelo transcurso do tempo, razão pela qual deve ser estendida ao Estado de Rondônia.

Dessa sorte, não é isonômico considerar que houve dificuldade de defesa para particulares que não tiveram relação com a celebração do convênio, e, em outra via, entender diferente para o Ente federativo que atualmente dispõe de uma gestão e servidores diferentes da época dos fatos.”

Considerando-se que o recurso de revisão é tempestivo, já que interposto dentro do prazo de 5 anos a contar da publicação do Acórdão 13.190/2016-2ª Câmara no Diário Oficial da União (peça 218, p. 1), e considerando-se que, ao menos em tese, o Acórdão 446/2019-Plenário pode ter algum impacto sobre a prova produzida, o MP de Contas propõe:

a) que seja conhecido o recurso de revisão interposto pelo Estado de Rondônia contra o Acórdão 13.190/2016-2ª Câmara, sem efeito suspensivo, com fundamento nos arts. 32, III, e 35, III, da Lei 8.443/1992;

b) que os autos sejam restituídos à Serur, para o exame do mérito do recurso de revisão;

c) que sejam atuados os processos de cobrança executiva dos débitos discriminados no item 9.2 do Acórdão 13.190/2016-2ª Câmara, com a redação dada pelo Acórdão 446/2019-Plenário.

Brasília, em 24 de setembro de 2019.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador